

Coloquio

QUESTÕES EUROPEIAS

1
(C/MS, Fd, Franco³
Hollanda, Guterres)

COMPONENTES POLÍTICAS DA
IDENTIDADE EUROPEIA

Introdução



A minha intervenção esta manhã tem como objectivo - que gostaria que fosse claro e inequívoco - partilhar a profunda convicção de que as próximas eleições europeias vão conduzir à constituição de um Parlamento Europeu que terá de enfrentar uma das etapas mais difíceis e mais fascinantes da União Europeia.

Mesmo o processo recente de demissão da Comissão Europeia foi apenas uma "escaramuça" interna comparada com as responsabilidades que vai ter de assumir o próximo Parlamento Europeu.

Por um lado, é certo, em virtude dos poderes acrescidos que lhe conferiu o Tratado de Amsterdão.

Por outro lado, a obrigação que lhe cabe de não se deixar prender pelo curto prazo e de olhar sobretudo para o horizonte do médio e longo prazo.

É deliberadamente que uso a palavra "horizonte" - para além das fronteiras que deixaram de ser linhas de separação entre povos para serem linhas que os unem e os incitam a conhecerem-se, o horizonte aparece fluido, não monolítico.

Como diz um politólogo alemão (Thomas Diez), do centro europeu de Investigação social, de Manheim, "o horizonte permite a sua constante reconstrução, incorporando perspectivas novas e outras. A característica central de um horizonte é assim o seu respeito pela diferença, numa concentração que não está num ponto fixo mas em práticas que se orientam para um estágio sempre preliminar".

Os velhos debates sobre as características da União Europeia enquanto realidade política nova têm de dar lugar a **uma grande aventura de criatividade**, assente no conhecimento dos valores que emergem da múltipla realidade europeia.

Por isso são tão importantes as próximas eleições.

Fundação Cuidar o Futuro





I - A Europa política

A Europa - entendida no duplo sentido de União Europeia e de Continente europeu atravessa um período de profunda transição. Durante esse período, conduzidos pelo paradigma de evolução linear da história, podíamos pensar que apenas se trata de fazer mais e melhor, de organizar mais racional e eficazmente o que já existe.

Mas esse paradigma está ultrapassado - sem desprezar as lições que vêm do passado, os europeus são convocados a desenhar um projecto europeu, que mais não é do que a aspiração que atravessa o pensamento presente nas nossas sociedades de **refundar a Europa**.

(Afirmo-o bem consciente de que dizer-lo neste momento em que a Europa está a subordinar a sua identidade à única potência hegemónica do mundo parece um paradoxo. Mas estou também convencida de que é em tais momentos que as questões se põem na sua nudez e em que respostas mais realistas e mais autenticamente europeias podem ser encontradas.)

Por isso, a reflexão que vou fazer é apenas uma tentativa de responder à pergunta: **que condições são necessárias e porquê para refundar a Europa?**

Terminadas as sucessivas fases do Mercado Comum, do Mercado Interno, da União Económica e Monetária, têm vindo a emergir propostas que vão para além desses objectivos.

É corrente hoje o entendimento do que significa uma moeda única forte na Europa: não só uma garantia para a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes mas também um factor decisivo na manutenção da estabilidade financeira do mundo, embora obviamente se não deva limitar a um único parceiro, como neste momento acontece, dada a crise de que o Japão ainda não saiu.

Mas será esta dimensão a única que pode justificar a existência de uma União Europeia? Qual é o quadro em que esta União se situa?

É importante recordar que a Comunidade do Carvão e do Aço bem como a Comunidade da Energia Atómica foram apresentadas como uma necessidade económica mas também como "um meio de evoluir no sentido da reconciliação, da paz e da união política".

Hoje, o progresso económico, de meio que era e deve ser em boa teoria de economia política, transformou-se num fim em si mesmo. (Como o diz à sociedade o Nobel Amartya Sen e eu, aproveitando esta magnífica bengala, não deixo de o citar também à sociedade)

O projecto europeu terá de ser político - ou então fiquemo-nos claramente pelo Banco Europeu e seremos inequivocamente monetaristas nos meios e nos objectivos.



Fundação Cuidar o Futuro

Mas não é isto que os europeus desejam. Tenho tido a oportunidade de encontrar numerosos sectores da sociedade civil em todos os Estados da União Europeia. E só tenho descoberto um entusiasmo lúcido e persistente por uma Europa política, assente no único instrumento que a pode legitimar:

uma Constituição, ou simples Declaração de Direitos ou, na sobriedade da língua inglesa, uma "Bill of Rights". Uma tal aspiração exprime "uma exigência de coerência entre as dimensões económica, social e política da construção comum". (Carrefour) Naturalmente que uma tal Constituição será construída em adequação a uma nova realidade política que não queremos de modo algum seja um super-Estado.

O Parlamento Europeu, confrontado com a multiplicidade de directivas esparsas, descoordenadas, tratando umas vezes do muito importante outras vezes de detalhes ridículos, tem sido a instituição europeia que tem, passo a passo, caminhado nesta direcção.

A própria Comissão tem tido iniciativas que têm também abundado na mesma direcção. (Caso dos direitos cívicos e sociais)

Apesar de tudo isso estar sobre a mesa, o Tratado de Amsterdão ficou muito aquém desta etapa possível e necessária.





Ainda um elemento sobre essa Constituição. Verificámos que as Constituições mais modernas (Portugal, Espanha e Suécia) não se limitam à enumeração de direitos, mas incluem também uma referência aos deveres. E recentemente, sobretudo a propósito dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, nasceram várias propostas, a plano mundial, para uma Declaração Universal das Responsabilidades Humanas.

Uma Constituição europeia que comece a ser elaborada não pode esquecer este outro lado das regras de ouro que devem estruturar as organizações políticas.

Fundação Cuidar o Futuro



2. A Europa alargada ao continente

Para refundar a Europa é indispensável fazer face não só ao desejo já expresso pela maior parte dos países da Europa Central e de Leste de nela se virem a integrar mas ao significado de uma Europa alargada a todo o continente europeu. É um objectivo político que importa discutir e, se acordado, tornar viável.

De forma pragmática trata-se de uma dimensão estratégica que não podemos escamotear: a Rússia, a Bielo-Rússia e a Ucrânia constituíram durante toda a vida dos que estamos aqui a segunda potência mundial.

A terapia de choque a que se deixaram ou quiseram submeter reduziu de forma radical a possibilidade de verem melhoradas as condições de vida dos seus povos. (O que vi e ouvi na Rússia)

Ora a humilhação dos povos tem limites e temos a obrigação de estarmos conscientes disso. Este passo sistemático do alargamento significa também - e não é pouco - a confirmação de que a Guerra Fria está definitivamente ultrapassada.

Mas mais fundamental do que esta questão é o próprio objectivo político de conseguir que povos que pertencem ao mesmo espaço se encontrem na diversidade das suas culturas e venham a definir, a longo prazo, objectivos políticos comuns.

Quando digo "objectivos políticos", não tenho em mente qualquer aliança face a possíveis inimigos. Estou a referir-me, sim, à elaboração concertada de "novas formas democráticas de governância económica e mundial" (Carrefour) e à "luta contra formas identitárias regressivas".

Trata-se neste objectivo de definir os novos actores da sociedade civil (associações, movimentos de cidadãos, organizações intercidades) de modo que se possa instaurar um diálogo que contribua para uma melhoria sustentada da qualidade de vida.

Mas trata-se também de uma procura de identidade, de cada povo tanto como da Europa enquanto continente com uma história própria e onde todos os aspectos da cultura se fecundaram entre si. Recusamos uma qualquer harmonização mas só temos todos a ganhar quando formos capazes de estabelecermos a sinopse dos grandes acontecimentos históricos de todos os povos europeus e quando tomarmos consciência de que fomos moldados por muitas formas de cultura nascidas em outros lugares do continente. Aí avulta, sem dúvida, a raiz cristã de todos os povos europeus.

Se a intenção do alargamento é mais do que uma ideia vaga para um futuro longínquo, a União Europeia, na sua refundação, não pode deixar de ter em conta as transformações exigidas por esse alargamento. **Mudar de escala exige novos conceitos, novos mecanismos, novas práticas.**





3. A Europa e o mundo

No refundar da Europa, a relação com o resto do mundo pode assumir uma grande importância.

Falam alguns dirigentes políticos em "nova ordem mundial" - ora, do que precisamos é de "ordem mundial", já que vivemos numa desordem institucionalizada.

Não podemos aceitar que nas próximas décadas, ao aumentar ao ritmo de cerca de 75 milhões de pessoas/ano a população do planeta (e destes apenas 1% habitará o hemisfério Norte), aumente de forma assustadora a miséria no hemisfério Sul, com a violação maciça de direitos humanos que ela significa. O proteccionismo praticado pelos países industrializados incluindo a União Europeia, não é eticamente aceitável. As decisões tomadas na Organização Mundial de Comércio são todas ainda marcadas pela supremacia de alguns sobre todos os outros - vestígios talvez da colonização de cariz exclusivamente mercantil.

Novas regras para a condicionalidade das instituições internacionais de crédito são indispensáveis. (de Larozière em 81)

Impõe-se também uma posição política da Europa que respeite o resto do mundo e que deixe um mundo habitável para as gerações futuras.

Não podemos continuar a faltar aos compromissos assumidos como o fizemos em Kyoto em Dez. 97 ao adiarmos para 2008 a 2010 os compromissos que tínhamos assumido em 1992 para o ano 2000. Não sei como convencer os dirigentes políticos que, a continuarmos esta via, quando toda a Ásia tiver atingido o nível de consumo existente nos EUA ou na Europa, o planeta deixará de ser habitável.

Finalmente, a coerência da União Europeia no plano político garantirá o reforço e a cooperação com os grandes conjuntos regionais já existentes mas que ainda não têm condições para desempenhar o papel que lhes cabe na sua região e no mundo: penso em particular no Mercosur e no Pacto andino, na América Latina, bem como no mercado Comum da África Ocidental.

Só nessas condições poderemos estabelecer relações de paridade com todas as regiões do mundo, incluindo os EUA e, em vez do mundo unipolar que sucedeu à Guerra Fria, entrarmos num mundo multipolar, onde as negociações serão possíveis e a paz poderá ser obra de todos os países porque uma nova consciência de si próprios e uma nova relação de solidariedade os habitará.





Neste contexto, os portugueses têm uma responsabilidade própria: a humildade de se saberem construtores, com muitos outros, de uma realidade inédita; a certeza de que a sua prioridade, enquanto deputados portugueses, não é de tudo fazer girar à volta da sua defesa "dos interesses portugueses" mas de revelarem, na sua abordagem a todos os problemas europeus, os valores que animam a nossa identidade e serem capazes de os tornarem operacionais. Só em tais condições, damos, no convívio internacional, a verdadeira e insubstituível contribuição de Portugal.

Fundação Cuidar o Futuro